

# La Universidad y el Cientista Social como Formadores Sociales, en el Escenario Neoliberal. Un Análisis Crítico sobre Ciudadanía y Responsabilidad Social\*

*University and Social Scientist as Trainers in the Stage Neoliberal. Un Critical Analysis of Citizenship and Social Responsibility*

Fecha de recepción: 15-Noviembre-2014/ fecha de aprobación: 5-Diciembre-2014

Carlos Montaña<sup>1</sup>

## Resumen

El presente texto busca tratar críticamente el papel de la Universidad y particularmente del Científico Social, en cuanto intelectual, en sus funciones para la formación profesional y ciudadana, la producción y divulgación de conocimiento, y en su función extensiva.

De esta forma, se trata el conocimiento y el lenguaje y su potencialidad, sea para desvelar, sea para ocultar y mistificar la realidad. Aquí verificamos cómo la racionalidad positivista, hegemónica en la constitución de las disciplinas sociales en las universidades y la formación disciplinaria, y la racionalidad pós-moderna, como pensamiento hegemónico en la actualidad, tienden a fragmentar la realidad y por lo tanto contribuyen más con el ocultamiento que con el desvelamiento de la realidad social.

Por su turno, verificamos la formación de un lenguaje, hoy de uso generalizado entre la intelectualidad (en la universidad y por parte de los científicos sociales y actores sociales) que, oriundo de las banderas progresistas, tiende a ocultar el verdadero sentido de proyectos afinados al neoliberalismo, legitimando su aplicación: así, un lenguaje de izquierda que oculta y legitima proyectos de derecha.

A seguir, problematizamos, en el contexto de las tensiones y luchas sociales, bajo la hegemonía neoliberal, un proceso de cooptación y pacivización del intelectual y el militante de "izquierda". Este proceso constituye un aspecto central en la legitimación y involucramiento popular con proyectos funcionales a la ideología neoliberal.

Entendemos que existe una relación entre la ideología neoliberal y la racionalidad pós-moderna, en la medida en que confluyen en los proyectos que sustentan la auto-responsabilización del individuo, la des-responsabilización del Estado y la des-gravación (reducción de los gravámenes) del capital.

Así, finalizamos este trabajo, analizando, a partir de la identificación de diferentes proyectos sociales, la cuestión de la Ciudadanía y de la llamada Responsabilidad Social.

**Palabras Claves:** Formación Social, Ciudadanía, Responsabilidad Social, Análisis Crítico

<sup>1</sup> Doctor en Servicio Social por la Universidad Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, 2001). Profesor Asociado e Investigador de la misma Universidad. Graduado en Servicio Social por la Universidad de la República (UdelaR, Montevideo-Uruguay, 1989). Realizó estudios de post-doctorado en el Instituto Superior Miguel Torga (ISMT, Coimbra-Portugal, entre 2009 y 2010). Autor, entre otros, de los libros *Microempresa na era da globalização* (Cortez, 1997); *La naturaleza del Servicio Social* (São Paulo, Cortez, 1998 y 2007); *Tercer Sector y Cuestión Social* (Cortez, 2002 y 2005) y *Estado, Clase e Movimento Social* (Cortez, 2010) y organizador de las coletaneas: *La Política Social hoy* (Cortez, 2000); *Metodología y Servicio Social hoy en debate* (Cortez, 2001); *Servicio Social Crítico* (Cortez, 2003) y *Coyuntura Actual, Latinoamericana y Mundial* (Cortez, 2009). Coordinador de la Biblioteca latinoamericana de Servicio Social (Cortez). Profesor visitante y conferencista en diversos países de América Latina. Fue Miembro de la Dirección Ejecutiva de ALAEITS (2006-2008) y Coordinador Nacional de Relaciones Internacionales de la ABEPSS (Brasil, 2008-2010 y 2011-2012). Coordina el Núcleo de Estudios Marxistas sobre "Política, Estado, Trabajo y Servicio Social" (PETSS-ESS-UFRJ).

## ABSTRACT

This paper seeks to critically address the role of the university and particularly the Social Scientist, as intellectual, to hold office for professional and civic education, production and dissemination of knowledge, and its extensionsita function.

Thus, knowledge and language and its potential is, whether to reveal, is to hide and mystify reality. Here we check how positivist rationality, hegemonic in the constitution of the social sciences in universities and disciplinary training, and post-modern rationality as hegemonic thinking today, tend to fragment reality and therefore contribute more to the concealment with the unveiling of social reality.

In his turn, verify the formation of a language widely used today among the intelligentsia (in college and by social scientists and social actors) that native progressive flags, tends to obscure the true sense of refined projects neoliberalism, legitimizing their application: thus, a language that hides left and right legitimizes projects.

Next, we question, in the context of tensions and social struggles under the neoliberal hegemony, a process of cooptation and pacivización intellectual and militant "Left". This process is a central aspect of legitimacy and popular involvement with the neoliberal ideology functional projects.

We understand that there is a relationship between the neoliberal ideology and pós-modern rationality, to the extent that converge in projects that support self-empowerment of the individual, de-responsibility of the state and the de-taxation (reduction of taxes ) of the capital.

So, we end this paper, analyzing, from the identification of different social projects, the question of Citizenship and Social Responsibility call.

**Keywords:** Social Education, Citizenship, Social Responsibility, Critical Analysis

### I. Conhecimento e linguagem: a função de desvendar ou de ocultar o real

Existe, como exigência para perpetuar a hegemonia, entendida na sua acepção gramsciana, a necessidade de desenvolver a *direção* social para além da mera (porém sempre presente numa sociedade de classes) coerção. No atual contexto de crise sistêmica, a (fração de) classe hegemônica deve inserir seu projeto de reestruturação sistêmica (neoliberal) com o mínimo de resistência e oposição possível; este projeto deve possuir um mínimo razoável de legitimidade e aceitação social.

Mas, como gerar aceitação de um projeto claramente regressivo no que se refere a direitos e conquistas trabalhistas, políticas e sociais? A reforma do capital, orientada pelos padrões neoliberais (e, com suas particularidades, no caso latino-americano, condicionada pelo Consenso de Washington), leva ao aumento do desemprego estrutural, à radical transformação das relações de trabalho com perda de direitos trabalhistas conquistados, ao esvaziamento da capacidade democrática real de uma sociedade comandar minimamente seu destino, à eliminação do "pacto social" que sustentou um Estado (e também através dele, toda a sociedade) respondendo às necessidades populacionais e industriais etc. Como gerar então aceitação deste processo de precarização das condições de trabalho, da instabilidade do emprego, da eliminação de direitos conquistados, da redução de salário real e dos serviços públicos, da transferência para o controle do capital privado/estrangeiro o que era de controle social/estatal?

Essa questão constituiu um desafio significativo para a consecução do projeto hegemônico de reestruturação do capital, sob comando neoliberal.

A resposta, para além da óbvia repressão, é tanto a expansão de uma *racionalidade hiper-desarticuladora e fragmentadora da totalidade social* - seja pela razão *formal-abstrata*: positivismo, neopositivismo, sistemismo etc., seja pela chamada razão "*pós-moderna*" -, como a *imposição de um "linguajar"* que ideologicamente<sup>2</sup> leve a uma forma fetichizada e reificada

<sup>2</sup>. Na acepção marx-engelsiana de ideologia, como "falsa consciência" (ver Marx e Engels, 1977).

de visão da realidade, ocultando o verdadeiro sentido das reformas e mostrando-as como “vontade popular”. Uma linguagem, portanto, que esconda seu caráter de classe, que “importe” os termos das velhas bandeiras progressistas (democracia, justiça, poder social, popular, solidário, participativo etc.), mas as reconfigure com outros conteúdos, agora sim funcionais aos interesses conservadores ou restauradores da grande burguesia, mas neste caso escondido nos discursos de setores da esquerda. Vejamos melhor.

**I.1) O intelectual e as visões fragmentadas da realidade: as racionalidades formal-abstrata e “pós-moderna”.** Na produção e divulgação de conhecimento sobre o real, o intelectual tem papel destacado. Vejamos como, ao produzir conhecimento, o intelectual, e dentre eles o “cientista social”, tem tido uma visão *fragmentada do real*, e portanto, tem desenvolvido e reproduzido, tendencialmente, um *conhecimento fragmentado*.

Assim, o intelectual (“orgânico” ou não) já nasce, no presente, imbuído de **uma tendencial cultura positivista** (enquanto principal expressão da razão formal-abstrata), que visa a *segmentação da realidade em esferas sociais* (“objetos específicos”), constituindo, a partir desta segmentação, “*campos de saber*” e “*disciplinas sociais*” específicas. É o que Lukács chama das “*Ciências Sociais Particulares*” (a este respeito, ver Lukács, 1992 e Coutinho, 1994, p. 91 e ss.).

Ao estudar “a divisão social do trabalho”, Lukács mostra como para os anticapitalistas românticos “a especialização cada vez mais estreita é o ‘destino’ da nossa época, um destino do qual ninguém pode escapar. Em favor desta concepção, adota-se frequentemente o argumento de que a extensão da ciência moderna atingiu uma amplitude que não mais permite à capacidade de trabalho de um só homem dominar enciclopedicamente todo o campo do saber humano” (Lukács, 1992, p. 122). Assim, por exemplo, a sociologia

*“surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da economia. A tendência objetivamente apologética desta orientação não deixa lugar a dúvidas. Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma; quanto mais ela elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas e vazios raciocínios analógicos. (...) Assim, como a sociologia deveria constituir uma ‘ciência normativa’, sem conteúdo histórico e econômico, do mesmo modo a História deveria limitar-se à exposição da ‘unicidade’ do decurso histórico, sem levar em consideração as leis da vida social”* (Lukács, 1992, p. 123).

Acrescenta Lukács, em outro texto, que “o nascimento da sociologia como disciplina independente faz com que o tratamento do problema da sociedade deixe de lado a sua base econômica; a suposta independência entre as questões sociais e as questões econômicas constitui o ponto de partida metodológico da sociologia.” (*idem*, 1992, p. 132). De tal forma, as crises geradas pelas dissoluções da escola ricardiana e do socialismo utópico “põem fim à economia burguesa no sentido dos clássicos, ou seja, no sentido de ciência fundamental para o conhecimento da sociedade. Por um lado, nasce a economia burguesa vulgar (...); por outro lado, nasce a sociologia enquanto ciência do espírito desvinculada da economia.” (*idem*, p. 132).

Como expressa esse autor, ao analisar as leis que regem o sistema capitalista, “essa ‘lei’ (...) terá que ser [por um lado] uma lei das ‘contingências’ que reagem reciprocamente e não a de uma organização realmente racional. Por outro lado, este sistema de leis não apenas deve impor-se aos indivíduos: terá também que *não ser nunca susceptível de um conhecimento integral e adequado*, por que o conhecimento integral da totalidade asseguraria ao sujeito

desse conhecimento uma tal posição de monopólio que tanto bastaria para suprimir a economia capitalista” (Lukács, 1974, p. 117).

Desta forma o positivismo, entanto razão formal-abstrata, se apresenta como a racionalidade hegemônica da cultura “oficial” do mundo ocidental, dada a sua funcionalidade com a ordem burguesa. Assim, segmentada a realidade em “esferas” autonomizadas – a econômica (como sendo o campo das relações entre atores que ocupam lugares diferentes no processo produtivo; sem classes, nem lutas de classes, nem interesses contrapostos – despolitizando este espaço, convertendo a “economia política” em “economia vulgar”, quase identificável à contabilidade, à engenharia industrial e à administração), a política (como sendo o espaço das lutas de interesses, mas que, por *serem deseconomizados* – retirada a conexão econômica, das classes, em relação a esses interesses –, elas são entendidas como sendo operadas na órbita do Estado e/ou da sociedade civil, e não da produção, e entre partidos políticos e/ou movimentos sociais, e não classes sociais), a social (como sendo a interação entre indivíduos no seu espaço cotidiano, *despolitizado e deseconomizado*) – opera-se, portanto, a desistoricização do social: o “sistema” não mais pode ser alterado na sua totalidade; a revolução e a transformação desaparecem como opção ou possibilidade histórica; só é possível alterar, controlar ou manipular “variáveis”, “disfunções”, “partes” do todo, permanecendo o sistema no seu “natural equilíbrio”. Surge o conhecimento fragmentado em lugar da perspectiva de totalidade; surgem as teorias da “mudança” substituindo a perspectiva de revolução.

Para isto, a forma de conhecimento produzido sobre esta “história natural da sociedade” deve ser fragmentária e fenomênica: surgem e se desenvolvem as *ciências sociais* particulares como disciplinas que repartem entre si o conhecimento (parcial e fenomênico) dos “retalhos de realidade”, e o conhecimento fragmentário da realidade é dissociado da *intervenção*, tomada como uma manipulação “corretiva” de variáveis destas frações do real (ou “realidades”).

Assim, a hegemonia do sistema capitalista consolidado se mantém não apenas com a coerção, mas precisa de certo grau de aceitação geral (ver Marx e Engels, 1977), de consenso (ver Gramsci). Desta forma, a ideologia, os valores e normas burgueses devem ser incorporados pelo conjunto da população como “cultura oficial”, o que obriga à classe hegemônica a dois artifícios: a “*naturalização*” e “*ocultamento ou até fetichização daqueles*”. Os valores e normas “naturalizados” e “fetichizados” são, então, desistoricizados; nesse sentido, são vistos como naturais e incompreensíveis ou indecifráveis, portanto, imutáveis. A forma de fazer isso é desenvolvendo um tipo de racionalidade que seja ao mesmo tempo segmentadora e manipuladora do real.

*Se o positivismo foi a racionalidade hegemônica, dada a sua funcionalidade com o tipo de conhecimento compatível com os interesses do capital, hoje o pensamento pós-moderno apresenta-se como nova racionalidade hegemônica, que não apenas fragmenta o real em esferas isoladas, mas que pulveriza a realidade, retirando sua objetividade, transformando agora o real em “as realidades” vividas, sentidas (ver Jameson, 1996 e Harvey, 1993).*

- O intelectual (o cientista social particularmente) para fugir desta armadilha, desta “gaiola de ferro” positivista e/ou pós-moderna, deve incorporar e desenvolver: 1) *uma visão de totalidade*, 2) *um pensamento crítico*, 3) *uma perspectiva de transformação social*.

**I.2) A função ideológica do novo linguajar: a linguagem de esquerda e o projeto de direita.** O conhecimento produzido (fragmentado ou não, funcional à reprodução da ordem ou à sua transformação), para ser apropriado pelos demais, é divulgado mediante um tipo de linguagem, que ainda pode ajudar tanto à apreensão fiel do real quanto à sua mistificação. Nesse sentido a linguagem tem um papel destacado, e no contexto atual, para legitimar as transformações antipopulares, os setores hegemônicos desenvolvem um *novo linguajar*.

Efetivamente, a (nova) nomenclatura, o (novo) linguajar, deve *camuflar* o verdadeiro conteúdo regressivo e antipopular dessas reformas e mostrá-las como adequações, melhoramentos, modernizações, como respostas às necessidades populares. Como afirmam os editores argentinos de Petras, o fio condutor do pensamento deste autor nas suas conferências nesse país mostra “a convicção de que a *hegemonia* cultural conquistada pelo imperialismo entre os intelectuais [e a população em geral], incluídos os de esquerda, tem imposto uma *linguagem adrede eufemística que obscurece intencionalmente a compreensão do mundo real*” (in Petras, 2000, p. 8). Ou, nos próprios termos de Petras, “o problema básico é que parte da hegemonia recentemente conquistada pelo capital é encontrada no uso de linguagem e termos analíticos que obscurecem as relações reais, os processos de exploração social e a reconcentração de poder social” (Petras, 1999, p. 55).

Por tanto, este linguajar deve ir além da direita e grupos dominantes, e penetrar até na esquerda e nos setores “populares”, pois, nos termos de Petras, “o retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas ... não poderia acontecer usando linguagem de auto-interesse dos capitalistas”; desta forma, continua, “uma nova linguagem, que em alguns casos emprestou termos essenciais da Esquerda foi elaborada”; o objetivo, afirma nosso autor, nesta “tarefa ideológica de mistificação científica”, foi “criar uma linguagem e conceitos que parecessem ser técnicos ou apolíticos, que parecessem ser divorciados de interesses de classe às quais eles serviam” (*idem*, p. 62). Assim, para este autor, “as ONGs utilizam [e divulgam] a linguagem da Esquerda: ‘poder popular’, ‘delegação de poderes’, ‘igualdade de gênero’, ‘desenvolvimento de base’, etc. O problema é que essa linguagem está ligada à *estrutura de colaboração* com os doadores e órgãos governamentais que subordinam a atividade prática às políticas de não-enfrentamento” (*idem*, p. 48). Estes termos, em geral oriundos do pensamento progressista, das lutas históricas das esquerdas, são reconceituados em função dos interesses hegemônicos do grande capital, para este novo conteúdo conservador ou regressivo, poder ser melhor aceito entre os setores subalternos, oprimidos, explorados.

Por outro lado, em muitos casos, com as melhores intenções de superar preconceitos e formas de discriminação social, substituem-se termos considerados “preconceituosos” por outros “politicamente corretos”. Assim: o “velho” por “adulto maior”, o “paraplégico” por “portador de necessidades especiais”, a “maioridade” pela “melhor idade”, o “negro” por “afro-descendente”, o “favelado” por “morador de comunidade”.<sup>3</sup> Sem questionar o fato real das palavras portarem os preconceitos e discriminações que as criam, a mudança de termos pouco altera a questão de fundo, mas ao contrário, acaba por ocultá-las; a discriminação e o preconceito persistem, mas agora de forma disfarçada, camuflada na nova palavra considerada “politicamente correta”.

Assim, a classe dominante, para ocultar e legitimar seus projetos, se vale tanto das *palavras e termos oriundos das esquerdas*, das históricas bandeiras progressistas - “democratização”, “popular”, “solidário”, “empoderamento”, “igualdade”, “participativo” -, mas esvaziando e refuncionalizando seus conteúdo, quanto dos *termos “politicamente corretos”*; ambos de uso cotidiano da intelectualidade e militância de uma “esquerda possibilista”.

Desenvolve-se, assim, nestes intelectuais e militantes - parafraseando Lukács em A Teoria do Romance -, uma *linguagem de esquerda escondendo um projeto de direita*.<sup>4</sup>

Hoje, a *esquerda e a direita falam nos mesmos termos*. Esse é o grande papel ideológico e mistificador da nova nomenclatura: converter o projeto que responde aos interesses da fração de classe dominante em um projeto aceito por todos, ao entoarem os “cânticos das Sereias”.

A função ideológica da “palavra” aqui expressa seu lado opressor: quem detém o saber, quem controla a linguagem, tem trilha aberta para dominar o outro. Vejamos alguns exemplos:

<sup>3</sup>. Até criou-se uma “Cartilha do Politicamente Correto”; ver em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Politicamente\\_Correto\\_%26\\_Direitos\\_Humanos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Politicamente_Correto_%26_Direitos_Humanos)> (acesso em abril de 2013).

<sup>4</sup>. Aponta Lukács, em A Teoria do Romance, a coexistência de “uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita” (1963: 18).

Primeiramente, termos como “ajuste estrutural”, “reforma do Estado”, “programa de estabilização”, “reforma da previdência” e “reforma tributária”, “privatização participativa”, “iniciativa privada”, visam a ocultar o caráter classista e regressivo de um processo de transformação estatal-legal (a contra-reforma do Estado) orientado por interesses das frações hegemônicas do capital, e os mostra como *aggiornamenti* necessários e naturais aos tempos modernos, como “ajustes técnicos”, não políticos. O “ajuste”, que visa efetivamente à reconcentração da renda e da propriedade, e o enfraquecimento dos trabalhadores e seus direitos sociais adquiridos (ver Petras, 1999, p. 63), acaba por se mostrar como necessário e benéfico para a população.

Da mesma forma, o termo “terceira via” ou mais recentemente o conceito de “neo-desenvolvimentismo”, usado para denominar um projeto social supostamente nem socialista nem neoliberal ou um desenvolvimentismo em contexto de crise, respectivamente, esconde que se trata, na verdade, de correntes inteiramente *neoliberais*, que procuram “corrigir” certas carências do modelo neoliberal implementado nos anos 80 (nos países centrais) e 90 (na periferia). Com isto, pretende-se adesão a tal corrente por parte de quem está desiludido e frustrado com os resultados do modelo neoliberal ortodoxo, sem aderir ao projeto socialista.

Por seu turno, no aspecto mais econômico-produtivo, termos como “reestruturação produtiva”, “flexibilização do contrato de trabalho” (que escondem a precarização), “Qualidade Total” (que escamoteia a intensificação do trabalho), “engajamento” (disfarçando o objetivo de motivar o trabalhador para dar tudo de si pela empresa), “terceirização das relações de trabalho” (ocultando a perda da estabilidade no emprego), em fim, estes termos escondem a verdadeira queda na qualidade de vida do trabalhador, o esvaziamento de seus direitos e garantias e sugere relações não conflitivas, flexíveis, de interesses comuns e cooperação entre as classes. Assim, a reestruturação no espaço da produção deixa de ser vista como um jogo de poderes e interesses, e passa a ser concebida como “reformas”, alterações impessoais, naturais, necessárias, como mudanças de peças num tabuleiro, aparentemente sem ator, sem sujeito.

O termo “globalização” merece destaque. Segundo Chesnais, “quando se fala em mundialização do capital (ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês de ‘globalização’), se está designando bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, tal como conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (1996, p. 13). Porém, como claramente expressa o autor, as palavras “global” e “globalização”, diferentes do conceito de “mundialização do capital”, não são neutros, mas utilizados para manipular o imaginário social (idem, p. 24). Ao mesmo tempo, o termo “globalização” serve para esvaziar o caráter histórico de um processo apresentado como natural e inalterável, propiciando a resignação e a “ideologia do possibilismo” político-econômico; ou, segundo Petras, “o termo não possui referente histórico e especificação sociológica das classes dominantes, Estados e instituições econômicas que estão dirigindo e se beneficiando do processo. Ideólogos globalistas usam o termo como um conceito abstrato, e o descrevem como um processo *inevitável e irresistível*” (Petras, 1999, p. 64); sendo que, para ele, o termo que descreve bem as relações entre classes e entre Estados é o imperialismo (idem, p. 65). Na verdade, para este autor, “a ‘globalização’ atual é uma *extensão* das políticas imperiais ...” (*ibidem*).

Por outro lado, fala-se hoje, entre setores da esquerda, não mais de “lutas de classes” mas de “lutas sociais”; estas, muitas vezes, em substituição do primeiro termo e esvaziadas de qualquer determinação econômica ou de classe. Ora, se as lutas sociais não se esgotam na determinação de classe, sem esta última estaremos reduzindo aquele conceito a meros conflitos pontuais que em nada questionam a ordem. Com o esvaziamento da determinação de classe torna-se o conceito de luta como algo desarticulado dos fundamentos e da estrutura capitalista (ver Montaño e Duriguetto, 2010, p. 117-20).

Particularmente no contexto da luta pela hegemonia na sociedade civil, empregam-se ideologicamente os termos “*publicização*” (disfarçando que se trata da privatização dos serviços públicos), “*parceria*” (escamoteando o repasse de verbas do Estado para o âmbito privado), “*empresa cidadã*” (para designar o que na verdade é uma empresa que investe na sua imagem, no “marketing social”), “*solidariedade*” (induzindo a pensar que o *Welfare State* não tinha como sustentação um tipo de solidariedade, não individual mas sistêmica). Procura-se, com isto, um deslocamento das lutas e enfrentamentos entre classes (que visam ora a superação da ordem, ora a limitação da exploração capitalista) para uma ação integradora e não conflitiva entre as “classes”, vistas como “parceiras” na “luta” de combate à pobreza, à fome etc. (ver Montaña, 2002, p. 45-8 e 165-69).

Neste particular, hoje emprega-se (inclusive por setores da esquerda “possibilista”) o termo de “*exclusão social*”, em clara substituição da (supostamente limitada ou até inexistente) categoria de “*exploração*”, para designar as *situações* particulares dos setores carentes. Isto estaria justificando a existência de uma “*nova questão social*”. Ora, com esse linguajar, a suposta “nova questão social”, tida como novas problemáticas que afetam a população na atualidade, além de segmentar e isolar ainda mais essas situações pontuais, não permite vê-las como manifestações, consequências da *velha* (e estrutural) “questão social”, derivada essa da contradição central capital-trabalho. Essas ditas “novas questões sociais” nada teriam a ver com tal contradição classista e sistêmica. Por seu turno, falar de “exclusão social”, no lugar de “exploração”, permite uma resposta aceitável e compatível com a manutenção do sistema. Efetivamente, enquanto a “*exclusão*” se resolve com a “*integração*” ou “*inclusão*”, portanto, sem questionar a ordem, a “*exploração*” exige para sua superação a eliminação das relações capitalistas. Esta categoria, a diferença daquela de atual uso corriqueiro, faz referência às contradições sistêmicas.

Também, o novo linguajar hegemônico emprega o termo “capital” adjetivado-o de “social”, “humano”, “intelectual”, “cultural”, “ecológico” etc., escamoteando a determinação desse termo sobre um sistema que leva seu nome. O termo capital assim empregado perde seu poder heurístico no desvelamento dos fundamentos da sociedade comandada pelo capital: a exploração da força de trabalho (ver Montaña e Duriguetto, 2010, p. 77-9).

Vivemos, portanto, numa era onde tudo tende a ser fetichizado, ideologizado, reificado, mistificado, naturalizado, fragmentado, ocultando-se assim o verdadeiro significado das coisas. A figura revolucionária do “Che” Guevara é transformada comercialmente num ícone de uma espécie de “rebeldia juvenil”; as bandeiras e discursos de esquerda são, mantidos os termos, alterados nos seus conteúdos; prega-se o “fim das ideologias”, das contradições e da história, como se não houvesse mais direita e esquerda, a “crise de paradigmas”. *As palavras hoje têm mais a utilidade de esconder do que desvelar.* Essas palavras são os versos do “Canto das Sereias”.

- Combater esta armadilha do novo linguajar exige do intelectual (e do militante) engajado com os “setores subalternos” a astúcia de compreender o real sentido dos termos à luz da sua inserção na totalidade social, explicitando seus promotores, os interesses que expressam, e os que escondem, as contradições e lutas que ocultam; deve pensar os termos à luz da crítica radical.

## II. A esquerda, o intelectual e as lutas pela hegemonia: o processo de cooptação e pacificação do intelectual e do militante de “esquerda”

A organização e lutas de classe, e as escolhas políticas sobre táticas e estratégias sempre estão ligadas ao grau de consciência de classe dos militantes políticos, e portanto ao papel do intelectual. A forma de conhecimento da realidade produz formas de consciência da realidade, o que se relaciona com a organização e as lutas. Assim, também neste processo de lutas, o intelectual tem um papel destacado na produção e divulgação do conhecimento, orientado este para a crítica ou para a mistificação da realidade. Assim, atacar ou cooptar o intelectual (inclusive o de esquerda) é tarefa fundamental para os setores hegemônicos.

Vejamos, então, quando e como este intelectual de “esquerda” *tende a ser atacado/cooptado pelos grupos hegemônicos*.

Segundo James Petras (2000, p. 89 e ss.), ao tratar do “imperialismo e os intelectuais”, o contundente êxito ídeo-político do grande capital transnacional e do imperialismo tem acontecido pela capacidade de captar a adesão de vários intelectuais latino-americanos. Isto tem sido possível, segundo o autor, por ter conseguido a) dissociar o intelectual das lutas populares e b) substituir o papel do intelectual (engajado) pelo de consultor (neutro).

O autor identifica três momentos em que o imperialismo norte-americano tem tentado cooptar os intelectuais da América Latina (idem, p. 89-92):

a) No período de 1948 a 58 - após a II Guerra Mundial, e durante a primeira fase da Guerra Fria, com o objetivo de esfriar a influência do “exemplo soviético”, particularmente com o “macarthismo”<sup>5</sup>. Cooptava-se o intelectual pela indução ao medo, pela repressão, pela perseguição política.

b) No período de 1959 a 79 - após a Revolução Cubana, agora visando fundamentalmente reverter a tendência de generalizar a revolução na América Latina. Estimula-se o “desenvolvimentismo” no continente, mediante a Aliança para o Progresso; promove-se um processo de reformas, para esfriar a tendência à revolução; o governo de Washington aproxima-se da “nova esquerda” ou “esquerda democrática”, com o objetivo de diminuir a influência da “esquerda comunista” ou da “esquerda radical” (a exemplo do “Maio Francês” de 1968). Promove-se, após isto, ditaduras militares por quase todo o sub-continente (Paraguai: de 1954 até 3 de fevereiro de 1989; Guatemala: 1960 a 1986; El Salvador: 1962 a 1975; Brasil: de 31 de março de 1964 a 1985; Honduras: 1963 até 1980; Panamá: 1968 a 1989; Bolívia: agosto de 1971 a 1978; Chile: 11 de setembro de 1973 até 11 de março de 1990; Uruguai: 27 de junho de 1973 até 1985; Peru: 1975 a 1980; Argentina: 24 de março de 1976 a 10 de dezembro de 1983).

c) No período desde meados dos anos 80 até a atualidade - *com a crise do chamado “Socialismo real”,* com o retorno de intelectuais exilados na Europa, num contexto de crise capitalista, fomentam-se as Fundações e a re-vinculação acadêmica desses intelectuais; *as palavras de ordem* passam a ser a “*democratização*” (porém, esvaziada de seu conteúdo político-instrumental), e a “*mudança pacífica*”. Substitui-se, na linguagem acadêmica, a *revolução* pela “*mudança*”, a *contradição* pela “*parceria*” e “*negociação*”, a *mundialização* do capital e o imperialismo pela “*globalização*” (naturalizada, sem sujeito aparente), a *sociedade civil* (como espaço de contradição e luta pela hegemonia) pela noção abstrata de “*sociedade civil organizada*” (despolitizada e supostamente homogênea) ou *pelo “terceiro setor”,* a categoria *exploração* pelo conceito de “*exclusão social*”, o *capital* pelo “*capital social*” ou “*humano*”, as *lutas de classes* pelo “*empoderamento*” dos pobres, a *classe trabalhadora* pela noção de “*população*” ou “*cidadão*”, o *protagonismo do movimento operário* pelas ONGs.

Tal substituição conceitual/categorial, envolve, primeiramente, uma significativa alteração heurística; ou seja, não se trata apenas de “linguagem”, de “termos”, mas do arsenal heurísticos, dos instrumentos de que dispomos e usamos para a compreensão da realidade<sup>6</sup>. Em segundo lugar, esta substituição projeta uma alteração significativa nos objetivos e finalidades

<sup>5</sup>. O Macarthismo foi um movimento político anticomunista desencadeado nos EUA depois da II Guerra Mundial pelo senador republicano Joseph McCarthy. Durou até o final dos anos 50 e caracterizou-se pela perseguição implacável a todos os comunistas e simpatizantes com base principalmente na delação.

<sup>6</sup>. É significativamente diferente pensar a realidade mediante categorias como “exploração”, “contradição”, “lutas de classes”, “imperialismo” etc., do que se valendo dos conceitos de “exclusão social”, de “paradoxo”, “harmonia” ou “parceria”, “ação social”, “globalização” etc.



militantes: renunciando ao projeto socialista, aos objetivos anticapitalistas ou até trabalhistas, e se reorientando para o campo das ideologias subjetivistas, para as ações afirmativas, para as necessidades imediatas (e desarticuladas).

Os intelectuais e os militantes cooptados por esta sedutora proposta (que articula “linguagem de esquerda” com inserção e financiamento a Fundações e ONGs como o caminho para a democratização), como veremos a seguir, *encantam-se com a ideologia do “Terceiro Setor” e incorporam seus “novos projetos”*: o “Empoderamento” / a “Responsabilidade Social Empresarial” / a “Inclusão Social” pela cultura e pela educação / o Estímulo ao “Capital Social” / a “Economia Solidária” / o “Fortalecimento da Sociedade Civil Organizada” / a Ampliação das Ações do “Terceiro Setor” ou das ONGs / A “Humanização do Capital”, o “Capitalismo Verde” e a produção “auto-sustentada” ... tudo dentro tanto de uma **racionalidade positivista, como liberal e até pós-moderna**, mas funcional aos **interesses do projeto neoliberal**, de **auto-responsabilização dos sujeitos**, de **desresponsabilização do Estado** e de **des-oneração do capital**. Estes, portanto, não são projetos societários, mas inserem-se (ou se tornam funcionais) claramente como sub-projetos nos valores e interesses do projeto neoliberal.

Se seus conteúdos são nitidamente funcionais aos interesses hegemônicos da burguesia, seus divulgadores e promotores são atores oriundos de setores populares e/ou da “esquerda possibilista”; ou seja, se estes sub-projetos tem como *sujeito* a alta burguesia, por responder diretamente aos seus interesses de classe, eles tem como *divulgadores, operadores e executores* a essa intelectualidade e militância da “esquerda possibilista”.

- Enfrentar, no plano da batalha ideológica, o projeto neoliberal de reestruturação do capital, demanda a *des-ideologização* desse linguajar, pois, nos termos de Petras, “o processo de retirada/reconcentração [do trabalho] exige que nós ‘desconstruamos’ ou desmistifiquemos a linguagem da análise social” (1999, p. 55), e, mais ainda, requer da tarefa de manter acesa a luz da crítica social, na esteira da teoria marxiana, na perspectiva de totalidade e de revolução. Penso que se torna necessário, em face do atual contexto, o intelectual e o militante: a) *retomar as categorias fundantes do capitalismo* de exploração, de contradição capital-trabalho, de imperialismo, de lutas de classes, da mais-valia, a teoria do valor-trabalho etc.; b) *reassumir a perspectiva de transformação social*, de superação da ordem do capital, de revolução; c) *superar as visões fragmentadas da realidade* (positivistas, sistemistas ou pós-modernas), recuperando uma perspectiva de totalidade; d) *se assumir como “intelectual orgânico”, engajado, articulado ao movimento da história, com os movimentos sociais, com as classes trabalhadoras organizadas*, sem por isso confundir atividade científica ou profissional com militância partidária.

### III. Projetos Societários, Cidadania e Responsabilidade Social

É neste contexto de profunda ideologização, mistificação e desarticulação da totalidade social, e de cooptação de uma “esquerda possibilista” (intelectual e militante), que surge o termo de “terceiro setor”, com a clara origem de classe e uma nítida função ideológica de setorializar (fragmentando) a sociedade em três instâncias supostamente desarticuladas, criando uma imagem ideológica de um suposto “setor” autônomo e homogêneo, que seria “popular”, “progressista”, espaço da “participação”, da “parceria” e do “entendimento”, sem conflito ou contradição interna e que interviria eficientemente nas respostas às necessidades sociais que o Estado vai abandonando. O uso do termo “terceiro setor” desloca, assim, a atenção do desavisado para pensar nas ações sociais solidárias, desenvolvidas voluntariamente, no âmbito da sociedade civil ... um verdadeiro “canto de Sereia”, inclusive aos ouvidos daqueles que honestamente almejam a igualdade e a justiça social: eis suas funções mistificadoras e ideológicas (ver Montaña, 2002). O termo “terceiro setor”, assim, funda uma ideologia e um projeto social. Vejamos melhor isto.

Na atualidade é possível identificar a disputa de, pelo menos, quatro grandes *projetos societários*, cada um deles fundado em diversos *valores e princípios*, que concebem algum tipo de sujeito, e que orientam diferentes ideologias e ações sociais:

1) o **projeto revolucionário** - fundamentalmente de inspiração marxista, que tem como finalidade, gradual ou abruptamente, a superação da ordem capitalista. O mesmo orienta-se nos valores voltados para o desenvolvimento de uma sociedade sem classes, fundada na emancipação humana e organizada mediante a associação de livres produtores, a partir da erradicação do comando do capital, da exploração e das formas de dominação. O sujeito revolucionário é centrado na sua determinação de classe, enfrentando a classe trabalhadora (que depende da venda de sua força de trabalho para se inserir no processo produtivo e obter seus meios de vida) e a classe capitalista (a burguesia, que, dona dos meios de produção, compra e explora a força de trabalho). As ações desenvolvidas em torno deste projeto centram-se nas lutas de classes (orientadas diretamente na contradição capital-trabalho e nos fundamentos da ordem burguesa) e nas complementárias lutas sociais (orientadas nas diversas formas particulares de expressão da “questão social”, formas de desigualdades e discriminação social);

2) o **projeto reformista** - tanto em sua vertente *liberal-keynesiana* como *social-democrata*, hegemônico entre os anos do segundo pós-guerra até a crise capitalista contemporânea, representa o expansionismo do capitalismo produtivo/comercial conjuntamente com algum grau de desenvolvimento dos direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas, visando criar massivamente força de trabalho para atender as necessidades do capital, promover sua capacidade de consumo massivo e engajar a classe trabalhadora neste projeto social. Tal projeto foi articulado, particularmente nos países da América Latina, como um processo de desenvolvimento industrial-nacional, o “desenvolvimentismo”, fortemente sustentado no protecionismo industrial e no estímulo ao consumo nos países. Neste caso, processa-se uma nacionalização/publicização/estatização, estimulando e protegendo a indústria mediante a injeção de recursos públicos, mas reconhecendo e respondendo demandas e necessidades de setores trabalhistas. O sujeito aqui é concebido como o “cidadão”, portador de direitos, e que desenvolve suas ações em torno da defesa e ampliação desses direitos, dentro da legalidade da ordem capitalista; assim ações sindicais e trabalhistas, manifestações, e demandas para que o Estado medie os conflitos sociais e responda às demandas particulares dos cidadãos;

3) o **projeto neoliberal** - de inspiração *monetarista*, sob o comando do capital financeiro, que procura, no atual contexto de crise, e para garantir as margens de lucro do capital, desmontar os direitos trabalhistas, políticos e sociais, historicamente conquistados pelos trabalhadores, acentuando a exploração de quem vive do seu trabalho e sugando os pequenos e os médios capitais. Tal projeto, hoje absolutamente hegemônico, funda-se nos valores e princípios da desregulação do mercado e das relações trabalhistas, na defesa da “livre concorrência”, buscando a auto-responsabilização dos indivíduos, a des-responsabilização social do Estado e a desoneração do capital. Este projeto concebe, como sujeito, a desagregação da cidadania em pelo menos dois tipos: o *cidadão consumidor* (um “ator-livre-concorrente” no mercado) e o *cidadão usuário* (os indivíduos que, fracassados no mercado, dependem de ajuda do Estado ou da caridade de indivíduos na sociedade civil ou da “responsabilidade social” empresarial). Assim, as ações promovidas neste projeto orientam-se tanto ao ator no mercado - promovendo sua auto-estima, seu “empoderamento”, sua capacitação, sua autonomia na procura do “empreendedorismo” e das fontes autônomas de renda -, como ao desmonte da “paternalista” ação social estatal - desenvolvendo um processo de privatização/desnacionalização/desestatização e promovendo a ação solidária e voluntária da sociedade civil e das empresas orientadas a ajudar os indivíduos que fracassam no mercado. Este projeto neoliberal tem se camuflado em denominações como “terceira via” ou “neo-desenvolvimentismo”, que, na verdade, não representam outra coisa que pequenos ajustes para manter seus fundamentos no novo contexto;

\* Elaborado por Montaño, C. e Duriguetto, M. L.

4) o **projeto da “esquerda possibilista”** – fundado na subjetivista e destotalizante razão pós-moderna, um pensamento que rompe com a compreensão da realidade pela razão, concebendo cada vivência subjetiva como fundamento do conhecimento das micro-realidades. Esta racionalidade abriga tanto autores e perspectivas verdadeiramente conservadores (ex.: Lyotard) como progressistas (ex.: Boaventura de Souza Santos), marcando neste último caso a *“esquerda possibilista”*. O fundamento, nesta racionalidade, é a não existência de uma realidade estrutural, mas de realidades concebidas a partir da percepção subjetiva de cada indivíduo, e portanto a inexistência (ou improcedência) de projetos macrosociais. O pensamento pós-moderno tanto despreza a noção de realidade objetiva e de macro-projetos sociais (se opondo a todas as correntes originadas na modernidade), como hiper-valoriza a vivência, a percepção e o significado subjetivos de cada indivíduo (onde a *realidade* objetiva é substituída pela *vivência subjetiva*) e os projetos locais e singulares (fragmentados e desarticulados dos fundamentos da estrutura social). Assim, o sujeito (na verdade, o “ator”) aqui concebido são os *indivíduos ou pequenos grupos* reunidos por “identidades” particulares, que, no âmbito da sociedade civil, ou “terceiro setor” (não no espaço do Estado, nem do mercado), devem agir, em parceria, visando às mudanças das situações singulares. Neste caso, seus projetos e ações sociais orientam-se na potenciação dos indivíduos (auto-ajuda, empoderamento, empreendedorismo, auto-motivação, capacitação etc.) ou na ajuda ao próximo (solidariedade, responsabilidade social empresarial, parcerias, filantropia etc.).

Observemos que, se os fundamentos dos projetos neoliberal e o da “esquerda possibilista” são essencialmente diferentes (o neoliberalismo concebe o ator no mercado e o pensamento pós-moderno o situa na sociedade civil; o projeto neoliberal visa o lucro capitalista e o projeto da “esquerda possibilista” visa a mudança nas condições de vida dos indivíduos), suas ações são significativamente semelhantes ou complementares (em ambos casos fundados na noção de auto-responsabilização dos sujeitos e da des-responsabilização social do Estado). **Assim, a ideologia e o projeto do “terceiro setor” é portanto marcada pela confluência e funcionalidade com os projetos neoliberal e da “esquerda possibilista”**. Na verdade, mostra uma relação articulada e funcional entre os projetos hegemônicos do grande capital (o projeto neoliberal) e seus operadores e divulgadores ideológicos (a “esquerda possibilista”).

Vejamos então, como se conforma a *ideologia* do “Terceiro Setor”, que por sua vez constitui um verdadeiro *projeto social*.

#### lii.1) A Questão da Cidadania e os Direitos \*

- A cidadania no pensamento liberal, como igualdade de status, garantida por direitos. Marshall define a *cidadania moderna* como um conjunto de normas e procedimentos reguladores de direitos e deveres, que são atribuídos e garantidos a todos os indivíduos pertencentes a uma sociedade nacional. Esse aparato regulatório institui jurídica e simbolicamente uma “igualdade básica” (o status de cidadania) que se articula com as desigualdades sócio-econômicas e se afirma sobre estas (idem). Marshall, analisando o desenvolvimento da sociedade inglesa desde o século XVII, afirma que, como consequência de uma igual distribuição de “direitos civis” a todos os indivíduos, novos direitos “políticos” e “sociais” seriam a ele incorporados, uma vez que “já estaria implícito nos princípios da igualdade básica dos ‘direitos civis’”. Os direitos de cidadania são classificados pelo autor como: civis, políticos e sociais; sendo que: “o elemento *civil* é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. (...) Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. (...) O elemento *social* se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (Marshall, 1967: 63-4).

Afirma o autor que a incorporação e ampliação dos direitos de cidadania pela ação estatal reduz a influência da “sociedade de mercado” na produção da desigualdade excessiva ao mesmo tempo que possibilita delimitar os conflitos de interesses das classes sociais nos processos sócio-políticos.

A tese de Marshall, da cidadania como “igualdade de status”, é assim caracterizada para a estabilização e legitimação da sociedade capitalista, vindo a expressar o chamado “pacto sócio-político do pós-guerra” que compatibilizou as condições de existência da acumulação capitalista com procedimentos políticos democráticos e um Estado liberal provedor de direitos sociais.

- **Cidadania, Movimentos Sociais e Democracia no pensamento pós-moderno.** A concepção de cidadania de Marshall é compartilhada pela grande maioria dos liberais-democratas contemporâneos (ver por exemplo Bobbio, 1992: 32-3), mas ela é refuncionalizada ou até contestada em novas teorizações pós-modernas sobre o conceito.

Estas, no contexto dos anos 1960 e 70, com o maior protagonismo dos movimentos sociais – ecológicos, antinucleares e pacifistas, urbanos, feministas etc. –, e das temáticas e lutas por eles levantadas, reinterpretam a questão da *cidadania* (como igualdade de status estabelecida por direitos garantidos pelo Estado), passando agora a enfatizar, não a ação do Estado, mas a ação dos cidadãos e dos movimentos sociais, na sociedade civil. Destaca-se assim a necessidade de complementar ou substituir a “aceitação passiva” dos direitos de cidadania (passividade e dependência atribuídas nessas teorizações às instituições do Estado do Bem-estar) pelo “exercício ativo” das responsabilidades cidadãs (“desejo de participar do processo político com o propósito de promover o bem público”) e incorporar o crescente pluralismo social e cultural das sociedades modernas (“capacidade de tolerar e trabalhar com a diferença”) (Kymlicka e Norman, 1997: 6, 9).

Por isso, as formulações desse debate pós-marshalliano (e pós-moderno) propõem, no que tange aos “direitos sociais”, a *descentralização* e a *participação* democrática na administração dos programas e benefícios sociais. Entendem que a participação política promoveria a responsabilidade nos indivíduos para com o cumprimento dos deveres da cidadania e dos assuntos públicos. Nessa direção, a democracia participativa e a descentralização do poder estatal passam a ser o tema central da concepção contemporânea acerca da cidadania social (Kymlicka e Norman, 1997:14). Em relação aos “direitos civis”, ressalta-se que qualquer discussão sobre cidadania deve dar conta das distintas lutas que empreendem os grupos, movimentos e classes contra tipos específicos de discriminação, estratificação social e opressão política (Zolo 1997: 104 e Held, 1999: 215).

Com essas ponderações, temos, então, uma concepção da cidadania que tende a vê-la como um fenômeno associado aos movimentos sociais, à solidariedade e à sociedade civil, ou seja, as iniciativas dos movimentos sociais devem estar orientadas pela busca da *ampliação da esfera pública* – onde seria contemplada a diversidade cultural com as respectivas subjetividades (étnicas, de gênero etc.) –, da *solidariedade* – definida pelo princípio de responsabilidade individual e coletiva com o bem comum – e no âmbito da *sociedade civil* – que, composta por organizações e ações voluntárias, possibilitaria o aprendizado das virtudes do compromisso social mútuo. Os debates, assim, passaram a abarcar questões relativas à ampliação da democracia política em concomitância com a discussão da *cidadania*. Ou seja, as demandas pela conquista e ampliação de direitos sociais pelos movimentos sociais são vistas nestas abordagens como *o caminho para a consolidação da democracia*. E a “base material” de potencialização da cidadania e da democracia seria *o espaço da sociedade de civil*, tematizada como esfera pública não-estatal (ver Duriguetto, 2007 e Capítulo 3, item 3.2 da Terceira Parte).

Ora, identificar *democratização* com mera ampliação das liberdades civis, com democracia participativa, conduz a uma perspectiva teórica e práctico-política que tende a limitar o *processo de democratização*. A idéia de democracia daí decorrente é a de uma democracia autolimitada, não considerada como um produto das lutas de classes: uma ideia que não põe em questão a possibilidade de superação do capitalismo, pois não tem como horizonte, no desenvolvimento da democracia, a agregação e mobilização das classes subalternas num projeto ético-político que tenha como perspectiva a construção de sua hegemonia. Assim, *a estratégia da cidadania como mecanismo de efetivação da democratização tende a substituir a idéia de revolução*. Em outras palavras, a luta pela cidadania não aparece associada à criação de um novo projeto de classe contra-hegemônico.

Fazem parte destes debates certas abordagens sobre “poder local”, “democracia participativa”, “sociedade civil organizada”, “empoderamento”, “empreendedorismo” etc.

- **Cidadania e Classe Social: uma crítica marxista.** O que os autores liberais (que concebem a cidadania como igualdade de status, constituída por direitos garantidos pelo Estado) e os pós-modernos (que a interpretam como o processo de ação na/da sociedade civil e dos próprios cidadãos por seus direitos) não incorporam na análise da sociedade civil é o fato deste conceito de *cidadania* (os direitos, a intervenção do Estado, a ação dos cidadãos na sociedade civil) se desenvolver em contextos históricos marcados pela contradição central capital-trabalho, no MPC.

Efetivamente, desarticulam o conceito de cidadania da categoria de *classe*. Ora ignorando esta última, ora identificando ambas.

Ora, a *categoria classe social* faz referência a uma sociedade dividida em grupos sociais antagônicos, com interesses enfrentados, fundados no papel desempenhado no processo de produzir valores, e sua participação na distribuição da riqueza socialmente produzida. A categoria põe de manifesto as contradições da ordem social capitalista, explicita os fundamentos da desigualdade social, e mostra como, para sua resolução, é imprescindível a superação da ordem comandada pelo capital.

Enquanto isso, o conceito de *cidadania* se desenvolve numa noção de direito natural e numa naturalização da desigualdade social. Ela esconde os fundamentos da desigualdade, se remetendo à “igualdade de status”, igualdade formal. O conceito de cidadania tem origem no pensamento liberal, burguês, e, ao não contestar o MPC e os fundamentos da desigualdade (a contradição de classes), se torna, tanto nas abordagens liberais quanto pós-modernas, funcional à manutenção da ordem.

Se a contradição de *classes*, que expressa os fundamentos sistêmicos da desigualdade, exige a superação da ordem, a cidadania pode ser desenvolvida dentro e no contexto da manutenção da ordem social vigente.

- **A ampliação da cidadania como caminho ao socialismo.** Mas a cidadania, se pensada numa sociedade desigual, dividida em classes sociais, não é incompatível com a democratização como transição para o socialismo. Ela forma parte da “democracia institucional-formal” ou “método”, e sua ampliação pode constituir a base e o caminho para uma democracia substantiva, em direção à emancipação humana.

Como afirma Coutinho, “a ampliação crescente dos direitos sociais é, a longo prazo, incompatível com a lógica da acumulação capitalista” (1992: 43), pois “a universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes”, e conclui: “só uma sociedade sem classes – uma sociedade socialista – pode realizar o ideal da plena cidadania, ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular

e, como tal, da democracia” (Coutinho, 2000: 67-68). De forma semelhante, Netto sustenta que “o arranjo sócio-político do *Welfare State* constitui uma *possibilidade* da ordem do capital que, pela *lógica intrínseca* desta última, converte-se agora num *limite* que ele deve franquear para reproduzir-se enquanto tal” (1993: 70).

### iii.2) A “Responsabilidade Social” e A Cidadania No Neoliberalismo

- Por um lado, conforme a formulação liberal-marshalliana, a “*Cidadania*” envolve um conjunto de **Direitos** e **Deveres**. Esta, portanto, estaria “naturalmente” associada à “Responsabilidade Social” dos indivíduos.
- Por outro lado, na visão pós-moderna, o “*Cidadão*” (enquanto “*ator*”, ou sujeito ativo) pode desenvolver a “Responsabilidade” de responder às suas próprias necessidades (mediante ação solidária ou desenvolvendo o dito “empoderamento”).
- Finalmente, na perspectiva histórico-crítica, visando a eliminação/superação dos fundamentos estruturais e sistêmicos da desigualdade, o “*Cidadão*” é considerado, tal como nas concepções anteriormente expostas, tanto como “sujeito ativo”, protagonista de sua própria história, como “possuidor de direitos e deveres”. Mas estas dimensões são reducionistas e limitadas, se o conceito de cidadania não se articular com a categoria de **classe**. O Cidadão deve ser compreendido na sua condição de **Classe**, e portanto incorporando a contradição entre elas: os interesses de uma são contraditórios aos da outra (uma explora e a outra é explorada; uma domina e a outra é dominada). Assim as condições de cada sujeito (de cada cidadão) jamais são concebidas de forma autônoma, mas dentro de relações contraditórias, no interior de um sistema social estruturalmente desigual: aqui, a pobreza (e suas formas de enfrentamento) não são pensadas de forma isolada, mas como um lado da relação pobreza/riqueza ou pobreza/acumulação (ver Montaño, 2012). Neste processo o “cidadão/membro de classe” pode desenvolver uma consciência de sua condição, e se organizar para a defesa de seus interesses, ou para a eliminação dos fundamentos da desigualdade nesta sociedade capitalista. Aqui, a “Responsabilidade Social” ocorre no enfrentamento dos fundamentos estruturais da desigualdade, procurando a emancipação política e/ou humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bobbio, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília, Editora UnB, 1992.
- Chesnais, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo. Questões de princípio & contexto brasileiro*. São Paulo, Cortez, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo nº 51, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo, Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Contra a corrente. Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 2000.
- DURIGUETTO, M. L. *Sociedade civil e democracia. Um debate necessário*. São Paulo, Cortez, 2007.
- Harvey, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Parte II*. São Paulo, Loyola, 1993.
- HELD, D. "Ciudadanía e autonomia"; in *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 22, 1999.
- Jameson, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
- KYMLICKA, W. e NORMAN, W. "El retorno Del ciudadano. Una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía"; in *Rev. Agora*, nº 7, 1997.
- Lukács, Georg. *La Théorie Du Roman*. Genebra, Gonthier, 1963.
- \_\_\_\_\_. *História e consciência de classe. Estudos de dialética marxista*. Lisboa, Publicações Escorpião, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*; in Netto, José Paulo (org.). *Grandes Cientistas Sociais nº 20*. São Paulo, Ática, 1992.
- Marshall, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento*; in *Rev. Serviço Social & Sociedade*, nº 110. São Paulo, Cortez, 2012.
- MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, M. Lúcia. *Estado, classe e Movimento Social*. São Paulo, Cortez, 2010.
- Netto, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. Questões da nossa época nº 20*. São Paulo, Cortez, 1993.
- Petras, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, FURB (Col. Sociedade e Ambiente, nº 3), 1999.
- \_\_\_\_\_. *Globaloney. El lenguaje imperial, los intelectuales y la izquierda*. Col. Herramienta. Buenos Aires, Antídoto, 2000.
- Weber, Max. *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969. (Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, Editora UnB, 1994).
- ZOLO, Danilo. "La ciudadanía em uma era poscomunista"; in *Re. Agora*, nº 7, ano 3, 1997.